

Crescimento menor

Da Agência Estado

Com o aumento de três pontos percentuais nos juros básicos, dificilmente 2003 — primeiro ano do mandato do presidente da República a ser eleito no próximo dia 27 — será encerrado com uma taxa Selic em torno de 14% e crescimento da economia de 2,2%, como previa o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento. Para este ano, porém, os economistas do Ipea continuam apostando na elevação de 1,3% no Produto Interno Bruto (PIB). “Se houver alguma alteração, será muito marginal”, diz Paulo Levy, coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural do Ipea.

Ele explica que mudanças como esta demoram a refletir na economia real. “Sempre há uma defasagem de dois a três meses. E,

como estamos no último trimestre do ano, não haverá reflexo nos indicadores de 2002”, comenta o economista. Embora a convocação extraordinária do Conselho de Política Monetária (Copom) tenha frustrado uma vertente do mercado financeiro, que esperava por um “choque de juros” ainda maior, Levy considerou a proporção do aumento na Selic “bastante significativa”, dentro do regime de câmbio flutuante. “Agora o custo de apostar contra o real ficou muito grande”, defende.

O Ipea havia projetado uma trajetória de queda para a taxa de juros que, segundo sua última simulação, chegaria ao fim do ano em 17,5%. A média anual, por estes cálculos, ficaria em 17,8%. “Não ficaremos muito longe disso”, diz Levy. Para o futuro, porém, tudo vai depender do efeito que a medida irá provocar em variáveis como a inflação.

“Se os atores da economia tomarem a medida como uma po-

lítica em direção da queda da inflação, isto pode afetar a expectativa de juros futuros”, comentou. Neste caso, o efeito será positivo.

DÍVIDA PÚBLICA

Na avaliação do economista, a limitação do BC, ao adotar a política de elevação de juros, vem basicamente do aumento do custo da dívida. “Se o mercado deduzir que o custo da dívida ficou muito alto, o tiro pode sair pela culatra, com uma fuga em direção ao dólar e novas elevações cambiais”, afirma. Para ele, o importante agora é mostrar que o BC não assiste passivamente à especulação.

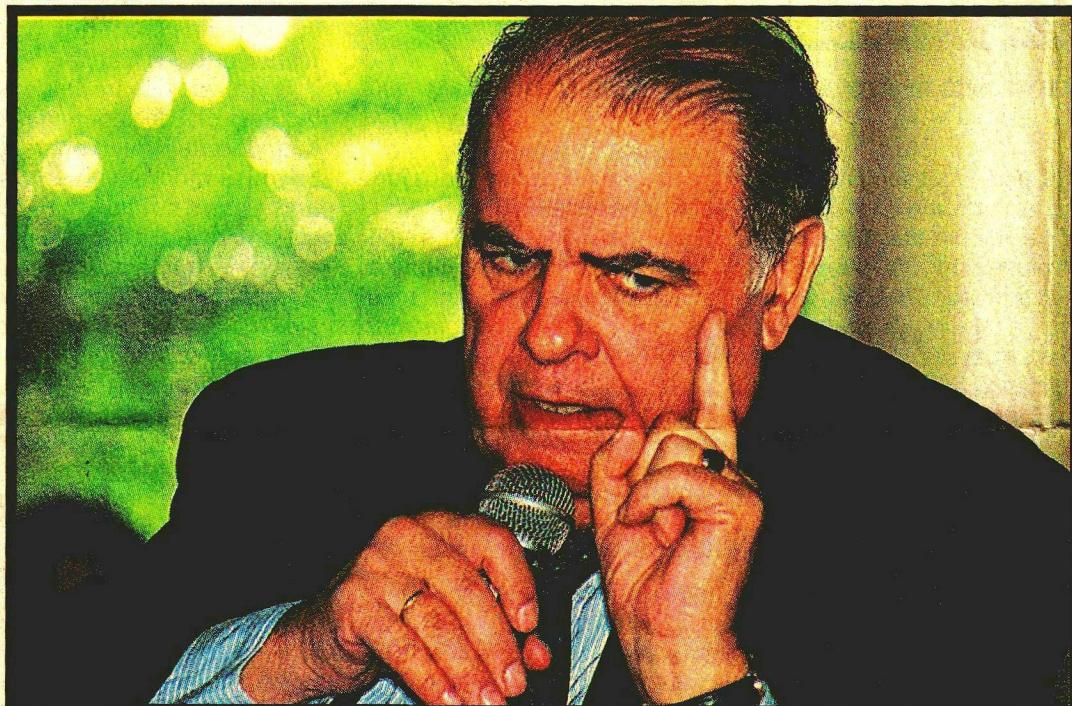
O diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre), da Fundação Getúlio Vargas, Antônio Porto Gonçalves, lembra que a taxa de juros com prazo superior a seis meses já estava no nível a que foi levada agora a

taxa Selic. “O que houve agora foi o mero reconhecimento do fato”, diz o economista.

Para Porto, a medida conterá um pouco a inflação, mas também vai inibir a atividade econômica, que já estava fraca. “Os investidores estão tirando dinheiro do Brasil por causa da indefinição econômica e, enquanto não houver uma certeza sobre a política econômica futura, a situação não mudará.” A FGV deverá rever para baixo sua previsão de crescimento econômico para este ano, que estava em torno de 1,5%.

A Federação das Indústrias do Rio (Firjan) divulgou nota oficial lamentando a política econômica do governo. “Levando-se em consideração os sinais de estagnação do nível de atividade e a série de medidas adotadas pelo BC na sexta-feira, que restringem e encarecem a oferta de crédito, a Firjan lamenta a decisão tomada pelo Copom”, diz a nota.

Teresita Chavarria / AFP



CONFIANÇA

I América Latina não está afetada por “uma crise” em seu conjunto, afirmou ontem, em Madri, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Enrique Iglesias (foto). “Alguns países da América Latina enfrentam uma situação econômica crítica, mas não se pode falar em crise na região”, disse Iglesias, sem referir-se diretamente ao Brasil, durante um seminário de economia na capital espanhola. “O subcontinente goza de fundamentos econômicos muito mais sólidos do que em épocas passadas”, acrescentou. “Os países latino-americanos contam com mercados mais competitivos, com empresas públicas mais eficientes”, disse.